

O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: SUPERANDO O LAMENTO

*Guiomar de Oliveira Passos**

resumo

A autora se propõe a repensar porque a universidade no Brasil surge após 800 anos de suas congêneres européias e 400 anos das americanas, partindo do estudo dos fatores sociais e culturais que ensejaram a criação das primeiras universidades na Idade Média e identificando estes fatores quando do seu surgimento no Brasil. Adota a perspectiva de análise de Janotti (1992) no estudo sobre a universidade portuguesa e se contrapõe à alguns eminentes estudiosos da educação brasileira que lamentam o surgimento desta instituição apenas no século XX.

abstract

Based on the study of those social and cultural factors which led to founding the first universities in the Middle Ages, and identifying similar elements during the establishment of this institution in Brazil, the author proposes a re-thinking of why in this country, university education only began 800 and 400 years after the European and the American respectively. While adopting the analytical perspective of Janotti (1992) regarding the Portuguese university, it is opposed to the position of some eminent scholars of Brazilian education who lament the establishment of this institution only in the twentieth century.

A criação de universidades no Brasil, oitocentos anos após o seu surgimento na Europa e quatrocentos anos depois de sua chegada ao continente americano, tem sido constantemente lamentado por vários³ estudiosos da educação brasileira em geral e da história da universidade em particular, seja porque neste atraso estaria a explicação para vários percalços da nossa universidade na atualidade; seja porque ele evidencia a 'maldade' do colonizador português ou ainda que esta é apenas uma questão semântica do que seja a universidade pois os Colégios Jesuítas seriam equivalentes às universidades hispano-americanas (cf. Cunha, 1986, p. 13).

Neste trabalho queremos repensar porque a universidade

*Aluna do Programa de Mestrado em Educação - UFPI

<i>Prog. de Mest. em Educ.</i>	Teresina	n. 2	pp. 39-50	1997
--------------------------------	----------	------	-----------	------

brasileira só surgiu no século XX (1920 - Universidade do Rio de Janeiro ou, como estabelecem alguns estudiosos, 1934 com a criação da Universidade de São Paulo). Para tanto, partiremos do estudo dos fatores sociais e culturais que condicionaram o surgimento das universidades na Idade Média identificando-os, posteriormente, na realidade brasileira quando do surgimento da universidade.

Assim, estaremos fazendo nosso o caminho trilhado por Janotti (1992) ao analisar o surgimento da universidade portuguesa e nos diferenciando de Júlio César Farias, Luís Antônio Cunha ou mesmo Ernesto Souza Campos e Fernando de Azevedo para quem o surgimento das universidades estava relacionado, dentre outros, aos seguintes fatores: a cultura superior dos povos nativos da colônia espanhola; a Espanha ter maiores recursos docentes do que Portugal à época da colonização; ou como já foi referido acima, apenas uma questão semântica.

Acreditamos que, assim, estaremos contribuindo para o debate da universidade brasileira na atualidade vez que, compreendendo melhor seu nascimento, poderemos aliviá-la de algumas responsabilidades e/ou de algumas exigências.

O surgimento das universidades enquanto instituições de cultura na Idade Média é, para os estudiosos da temática, uma decorrência do renascimento urbano do século XII. Na expressão de Verger (1990, p. 26), “o nascimento das universidades é indissociável do renascimento das cidades”; Janotti (1992, p. 50), outro eminente estudioso, vai mais além: “as universidades surgiram e viveram como uma instituição pedagógica, condicionada pela cidade, envolvida pela cidade e explicada apenas pela cidade”.

O renascimento urbano revolucionou todos os aspectos da vida européia no século XII. O mundo rural onde prevalecia a economia de subsistência, mercados quase inexistentes, comércio pequeno e escasso, indústria incipiente e poucas trocas monetárias foi sacudido com a expansão do comércio propiciada pela ofensiva cristã do mundo árabe através principalmente do que se denominou Cruzadas — para Nordström (apud Janotti, 1992, p. 65), este movimento, “que deveria ser de caráter religioso, não passou de uma ‘Cruzada do bom negócio’”.

O comércio, por sua vez, impulsionou as cidades, antes meras sedes episcopais ou centros administrativos de uma sociedade completamente agrícola. Estas cidades, renascidas pelo comércio, eram mais populosas, vez que para elas acorreram aqueles que “a melhoria das técnicas agrícolas e o abrandamento das obrigações senhoriais haviam deixado disponíveis” (Verger, 1990, p. 26); possibilitavam a divisão do trabalho, os ofícios, comerciais ou artesanais, as corporações que uniam por laços de solidariedade os trabalhadores de um mesmo ofício e, principalmente, legaram o mais característicos dos frutos do comércio, a burguesia.

As cidades foram o novo mundo que o burguês criou para si.

Neste novo mundo, revolucionando o antigo, ele criou a administração urbana, ou seja, a primeira administração civil e laica da história europeia e inventando tudo, pois nada havia a ser imitado: sistema financeiro, contabilidade, regulamentos comerciais e industriais, primeiros rudimentos de uma política de higiene, trabalhos públicos (mercados, canais, correios, muralhas urbanas, distribuição de água), escolas...”(Janotti, 1992, p.39).

Nas cidades realizavam trocas comerciais e “ofereciam possibilidades inauditas de enriquecimento não somente material, mas intelectual e espiritual” (Verger, 1990, p. 27), vez que, para o burguês, a instrução era uma necessidade quotidiana e os contatos com o mundo árabe possibilitavam, graças às traduções, que o mundo cultural greco-árabe tornasse conhecido da civilização cristã impulsionando sobremaneira o conhecimento filosófico, teológico e científico. Para Rashdall (apud Janotti, 1992, p. 61), “o século XII, sob muitos aspectos, se constituiu na época da mais brilhante atividade intelectual que a Idade Média conheceu”.

Neste mundo de horizontes elásticos as escolas sofreram grandes transformações: tornam-se mais numerosas — multiplicam-se por todas as cidades - e o saber enriquecido pelos novos conhecimentos deixa de ser “propedêutico a uma leitura inteligente da sagrada Escritura

e passa a ter uma finalidade desinteressada; visava ele a propor, evidentemente não contra mas ao lado do texto revelado, um sistema coerente do mundo”. (Verger, 1990, p. 30).

Até então o ensino medieval era monopolizado por dois tipos de escolas: a monástica, dominante até o século XI quando o mundo rural sobrepunha o urbano e a cultura estava quase que exclusivamente nas mãos dos monges; e episcopais, dominantes a partir do século XII, eram escolas urbanas voltadas para a preparação dos padres. Como escolas técnicas, a serviço do clero regular (as monásticas) e secular (as episcopais), objetivavam “habilitar o futuro eclesiástico a compreender e expor as Escrituras canônicas, os Padres da Igreja e outros escritos eclesiásticos; as ciências, propriamente ditas, eram desleixadas e, quanto a filosofia, limitava-se o mais possível a abordar os seus problemas essenciais” (Janotti, 1992, p. 104).

Não é difícil perceber que estas escolas não eram mais adequadas ao mundo criado pela burguesia. A cidade precisava de um novo tipo de escola: surgem as universidades. Assim se reporta Janotti (1992, p. 107), “o conteúdo cresceu mais que o continente; extravasou. Há, portanto, necessidade de novos programas, de novas escolas (faculdades, melhor dizendo), para a elaboração desses programas; há necessidade enfim da universidade, isto é, o conjunto dessas novas escolas”.

Universidade ou *universitas magistrorum et scholarium* como chamou o Grande Inocência III era, no princípio, a designação das corporações de mestres e estudantes que, mais tarde, no século XV, vai fundir-se ao que se chamava *studium generale* era, segundo Rashdall (apud Janotti, 1992, p. 23), “uma escola que atraia estudantes de todas as partes e não de uma parte em particular; local de educação superior: isto é, pelo menos uma das faculdades superiores (teologia, direito e medicina) ali era ensinada e onde os assuntos eram ensinados por um número considerável de professores”.

O surgimento das universidades medievais, portanto, está intimamente relacionado com o ambiente urbano e cultural que passou a dominar na sociedade medieval. É, por isto, uma demonstração da dialética que se estabelece entre educação e sociedade e da necessidade

da compreensão do contexto social, político, econômico e cultural no estudo da educação (Mesquida, 1996, s.p.).

No Brasil o desejo de criação de uma universidade estava presente desde o período colonial, contudo, um a um todos os projetos fracassaram até o final da chamada Primeira República ou melhor até 1934 - quando a idéia de universidade consolidou-se em nossa sociedade com a criação da Universidade de São Paulo - pois, o que em 1920 chamou-se Universidade do Rio de Janeiro era, como diz Silveira (1984, p.64). “apenas o rótulo de universidade [dado] a um conjunto de instituições de ensino profissional, autônomas, totalmente destituídas do verdadeiro espírito universitário” ou como diz Chagas (apud Aragão, 1985, p. 30), em “1920 surgia a oportunidade; e a partir daí, (...) tivemos a instituição mas não tivemos a universidade”.

O fracasso das iniciativas de Jesuítas, Inconfidentes Mineiros, políticos e intelectuais do Império e da Primeira República, na perspectiva de análise, desenvolvida neste trabalho decorre da ausência das condições sociais e culturais necessárias à criação de uma universidade.

O Brasil deste período era rural. A economia baseada na grande propriedade, na monocultura (primeiro da cana-de-açúcar depois do café) e na exportação de produtos primários de base agrícola refletia a condição de dependência ou, como denominou Mesquida (1994, p. 29), a “condição de satélite” de Portugal, Espanha e Inglaterra.

Como em toda sociedade agrária, aqui também as cidades eram secundárias, dependiam do campo, para ele estavam a serviço e em função dele desenvolviam-se. Segundo Queiroz (1978, p. 51), até mesmo as habitações da cidade eram ‘secundárias’, ocupadas apenas por ocasião das festas religiosas.

Politicamente era uma sociedade dominada por “uma oligarquia exclusiva e dominadora, dedicada a conservar o domínio político e econômico e a estendê-lo sobre o conjunto da sociedade” (Mesquida, 1994, p. 67).

Neste contexto a educação até 1759 estava sob os auspícios dos Jesuítas que tinham a tríplice tarefa de catequizar os índios, conservar e nutrir a fé dos filhos dos colonizadores” (Mesquida, 1994, p. 49). Foram eles que lançaram os alicerces do sistema educacional brasileiro

impingindo-lhe o caráter humanista que tem até hoje e, principalmente, ao oferecerem à elite que freqüentava seus colégios, uma educação “literária e retórica, sem nenhuma preocupação utilitária” (apud Mesquida, 1994, p. 51), contribuíram para formar cidadãos (civis e eclesiásticos) a serviço da ordem estabelecida.

A saída dos Jesuítas em 1759, contudo, não tornou a educação brasileira democrática, pelo contrário, seja com as aulas régias instituídas em 1770 pela Coroa — “ineficientes e farisaicas” na expressão de Aragão (1985, p.4) — seja com as medidas tomadas pelo Príncipe Regente quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil — criação de cursos de nível superior, da Biblioteca Pública, Museu e Imprensa Real — a educação aqui nestas plagas permaneceu voltada para uma pequena minoria. Em 1810 “apenas 10% da população tinha escola primária e o total de alunos era de 115.935, sendo 9.311 na Corte” (Aragão, 1985, p. VIII).

Esta tendência vai perdurar por todo o período uma vez que, as bases econômicas e sociais que acolhiam esta educação nem de longe foram alteradas mesmo com a modificação política introduzida pela Independência, em que pese as Leis, Reformas e até dispositivos Constitucionais (Art. 179 da Constituição Federal de 1824). Como diz Mesquida (1996, p. 3)

"a legislação enquanto tal não tem poder para universalizar a educação se não vier acompanhada de medidas concretas que a viabilizem, tais como a formação de professores, a dotação de verbas significativas e, acima de tudo, do desejo sincero de estender os benefícios da educação a toda população em idade escolar".

Seguramente este não era o caso da oligarquia que assumia o novo Estado Independente, prova é que conforme Mesquida (1996, p.3), “em 1855 com uma população de 6.000.000 [Seis milhões de habitantes] o país contava com 1.500 escolas públicas onde estavam matriculados 61.700 alunos”, ou seja, aproximadamente 1% da população (sic!).

A República, filha da mesma realidade social e econômica,

manteve o mesmo sistema de ensino: uma educação para a classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação para o povo (escolas primárias e profissional), apesar dos elementos novos trazidos à cena: “separação da Igreja do Estado, a participação de organizações protestantes nas tarefas educacionais, influência da filosofia comtista na condução dos assuntos referentes à educação... (Aragão, 1985, p. 15).

A sobrevivência deste sistema de ensino excludente, elitista e eminentemente literário até as primeiras décadas do século XX corresponde às exatas necessidades da sociedade como um todo, uma vez que, na sociedade agrária pouco significado tinha uma instrução profundamente influenciada pelo pensamento europeu e a aristocracia buscava a escola apenas para manter ou adquirir *status*.

Era, portanto, o solo brasileiro extremamente impróprio para a semente de universidade lançada pelos mais variados representantes da sociedade agrária e oligárquica vez que, ela enquanto instituição caracteristicamente urbana e abrigo de conhecimentos filosóficos, teológicos e científicos não poderia desenvolver-se numa sociedade rural e culturalmente arcaica.

Por isto, longe de lamentarmos este fato, interrogamos: qual teria sido a contribuição desta universidade? Será que ela teria contribuído para a sociedade brasileira superar o atraso ou teria sido mais um instrumento a serviço da oligarquia dominante? Diante da situação da educação é fácil fazer uma previsão.

A semente continuou sendo lançada. As alterações políticas processadas na sociedade brasileira a partir de 1930, refletiam uma nova realidade econômica e social. É nesta nova realidade que a semente de universidade vai germinar.

A partir de 1930 o pólo dominante da economia começa a deixar de ser o campo. O processo de industrialização favorecido pelo que convencionou-se chamar “substituição de importações” impulsionou a urbanização e a sociedade rural começou então a ser substituída por uma sociedade urbano-industrial localizada na periferia da economia mundial tendo no Rio de Janeiro e São Paulo os principais centros.

A industrialização da sociedade brasileira fez-se deixando intacta

a antiga estrutura agrária. Até porque, como observou Queiroz (1978, p. 47), a agricultura de exportação foi um primeiro fator de incrementação de indústrias.

Apesar de 70% da população nacional ainda viver no campo, as cidades favorecidas pelos excedentes econômicos da agricultura e pela industrialização mudavam sua fisionomia e passavam a “modelar o campo para servir aos seus desígnios (quer como produtor do abastecimento de alimentos, quer como produtor de matéria prima industrial, quer até como sede de determinadas usinas)” (Queiroz, 1978, p. 28).

Esta realidade desigual em que a maioria da população é rural mas a vida econômica, social, política e cultural é ditada pela cidade decorre da situação periférica e subordinada da sociedade brasileira no contexto do capitalismo internacional. Do ponto de vista social esta situação ensejava uma realidade em que “a burguesia rural e urbana enriquecia-se e se consolidava em oposição ao proletariado miserável” (Alencar et alii, 1985, p. 215) e as classes médias, alçadas à cena social e política, ameaçavam o rígido sistema oligárquico.

Politicamente a oligarquia que até então dominava os destinos políticos da sociedade brasileira permanece, ainda que enfranquecida pelo surgimento de novos atores. “A quebra do café fez com que ascendessem ao poder novos grupos, não só agrários, mas também da classe média” e até do operariado (Carone, 1976, p. 7), favorecendo que, diferentemente da República e do Império, todas as classes participassem da luta política. Getúlio Vargas, como observa Mesquida (1996, p. 6 e 7) era uma representante destes novos grupos, enquanto membro da fração gaúcha da classe dominante. Os operários, por sua vez, ocupavam seu lugar lutando por melhorias nas condições de vida e de trabalho.

Os ventos inovadores também chegaram à educação: era preciso corresponder às exigências dos novos tempos. A urbanização e a industrialização possibilitaram que a educação tanto fosse percebida como fator de ascensão social como uma necessidade dos setores secundários e terciários da economia. Além do que, para os novos detentores do poder ela era importante instrumento de persuasão

intelectual e moral.

Estes diferentes anseios foram traduzidos pela intelectualidade no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" - documento que refletia as influências dos princípios e valores do novo centro hegemônico, os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que manifestava a consciência da problemática da educação nacional.

O governo, por seu turno, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública que, através do que convencionou-se chamar Reforma Francisco Campos, procurou constituir o sistema nacional de ensino - criando o Conselho Nacional de Educação; confere estrutura orgânica ao ensino secundário e profissionalizante e, especialmente, institui através do Decreto 19.851 de 11 de Abril de 1931, o regime universitário no Brasil, consubstanciado no Estatuto das Universidades Brasileiras.

Mas, em que pese todos estes movimentos e inovações a situação da educação nacional continuou dramática, principalmente, porque mantinha a convivência do analfabetismo e ausência de escolas com uma cultura altamente pedagógica (Romanelli, 1983, p. 61).

A semente de universidade que finalmente brotava não fugia a esta realidade. As elites dirigentes, ao conferirem à universidade a finalidade de elevar o nível cultural, promover a ciência e tecnologia e contribuir para a grandeza da nação (Art. 1º do Estatuto), revelavam que sua idéia de universidade reproduzia os conflitos de interesses das classes dominante que, buscava manter e inovar, conciliando interesses tanto da burguesia agrária quanto da burguesia industrial.

A região sudeste, desde o século XVIII pólo econômico principal do país, reunia as condições sociais, políticas e culturais necessárias ao abrigo desta nova instituição pedagógica. Em 1934 é criada a Universidade de São Paulo, considerada pela maioria dos estudiosos, a primeira universidade do país por abrigar os saberes filosóficos e científicos. Cumpre observar contudo, que mais uma vez traduzindo as ambigüidades do período, desta feita em relação à mudança do centro hegemônico da Inglaterra para os Estados Unidos, esta universidade procurou seguir os modelos europeus e americanos.

Portanto, a universidade surgiu no Brasil quando as condições sociais e culturais exigiram novas formas culturais, especialmente, novas

instituições pedagógicas, o que só veio a ocorrer com a urbanização iniciada nos anos 30.

Por conseguinte, não há o que lamentar, antes sim compreender como as características desta urbanização impulsionada por um processo industrial ditado pela lógica excludente do capital, influenciou a formação e o desenvolvimento desta nova instituição pedagógica, a universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Francisco et alii. *História da Sociedade Brasileira: 2º Grau*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- ARAGÃO, Raimundo Moniz de. *A Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- AZANHA, José Mário Pires. Política e Planos de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, nº 85, maio, 1993, p. 70-78.
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976. (Col. Corpo e Alma do Brasil).
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã*. 2º ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- FARIA, Vilmar E. Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, nº 29, 1991.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade e Poder - análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FIORI, José Luiz. O Nó Cego do Desenvolvimentismo Brasileiro. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, nº 40, nov. 1994.
- JANOTTI, Aldo. *Origens da Universidade: a singularidade do caso português*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- MESQUIDA, Peri. *Educação Brasileira: textos para a disciplina Educação Brasileira ministrada no Mestrado em Gestão Universitária*. Teresina: UFPI/IEPES, 1996.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil: um estudo de caso*. Trad. Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: EDITEO, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do Rural e do Urbano. In: *A Luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1983.
- SILVEIRA, Maria José. A evolução da concepção e universidade no Brasil. In: TURBINO, Manoel José (Org.). *A Universidade Ontem e Hoje*. São Paulo: IBRASA, 1984, p. 53-79.
- VERGER, Jacques. *As Universidades na Idade Média*. Trad. Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Trabalho apresentado como exigência da Disciplina Educação Brasileira em julho de 1996.

² Anísio Teixeira, Laerte de Carvalho, Maria José Silveira, Raimundo Moreira de Aragão, Rodrigo Otávio, Fernando Azevedo e muitos outros.